

CONTRATO CEDAE Nº 098/2019 (DSG)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE), e a **NEXXUS ENGENHARIA E**
CONSULTORIA LTDA..

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, e de seu Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. ALEXANDRE BIANCHINI ANTÔNIO, doravante denominada **CEDAE**, e a **NEXXUS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, sediada na Av. Nilo Peçanha, 50, Grupo 518, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº. 20.020-906, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.789.341/0001-81, neste ato por meio de sua sócia administradora, Sra. ALEXANDRA HELENA DE SOUZA RANA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato no **Processo Administrativo E-07/100.518/2019**, mediante **Dispensa de Licitação n. 001/2019 (DSG)** com fundamento no art. 29, inciso XV da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente ajuste é a contratação dos **"SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, MECÂNICA E HIDRÁULICA DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DAS ELEVATÓRIAS E DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETAS) E ESGOTO (ETES) DA CEDAE"**, conforme REDIR datada de 23 de Agosto de 2019 autuada às fls. 983 do processo administrativo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

2.1. Inserem-se no escopo desta contratação o **Projeto Básico (anexo I)**, a **Relação de Unidades Operacionais que Integram o Escopo desta Contratação (anexo II)**, a **Planilha de serviços da CEDAE (fls. 54 a 95 do processo administrativo de referência)**, o **Acordo de Nível de Serviço (anexo III)**, bem como a **proposta** da **CONTRATADA** (fls. 498 a 516 do processo administrativo de referência) cujos conteúdos, embora não transcritos, passam a compor o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o projeto básico anexo e sua proposta técnica, inserida às fls. 498 a 516 do processo administrativo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- c - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- d - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- e - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- f- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- g- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- h- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;

- i- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- j- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- k- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- l- Providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- m- A gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- n - A **CONTRATADA** poderá ser chamada a disponibilizar as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- o- Dependendo do tipo de serviço a ser executado, a **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;
 - o.1 - A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.
- p- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;
- q- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;

- r- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;
- s- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;
- t – A **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e
- u - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.
- 5.4. Dependendo do serviço a ser executado, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

5.5. Ao final, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

6.2. A **CONTRATADA** se declara ciente e de acordo com o fato de que esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela **CEDAE** tão logo se conclua o procedimento licitatório que vier a ser iniciado para o mesmo objeto; caso em que será pago somente aquilo que houver sido executado, sem qualquer indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor de **R\$ 11.994.091,66 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, noventa e um reais e sessenta e seis centavos)**, conforme **cronograma físico-financeiro de fls. 517** e proposta de fls. 498 a 515.

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064

Conta Orçamentária: 411110301

Fonte de Recursos: 10

Código Orçamentário: 33903917

Centro de Custos: DG03000000

ID da Reserva Orçamentária: 2019000773

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1. O valor desta contratação será irrevogável.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica dos seguintes profissionais: Eng.^a ALEXANDRA HELENA DE SOUZA RANA, CREA/RJ N. 144.134/D; Eng.^o VITOR XAVIER VILLA, CREA/RJ – 2007225840; e Eng.^o LEONARDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES, CREA-RJ N. 173915/D, que ficarão autorizados a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, **de acordo com o cronograma físico-financeiro de fls. 517**, após aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do adimplemento de cada período.

- 10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa do serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.09 e 10.10 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos do art. 191, §1º do RILC.
- 10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.6.
- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.
- 10.3. Mensalmente, a **CEDAE** estabelecerá a programação dos serviços que deverão ser executados.
- 10.4. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.
- 10.6. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.8. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

10.9. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

10.10 - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova da Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FTGS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, exigível apenas quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "r", deste instrumento.

10.11 - Apenas quando vencidas, as seguintes certidões também deverão ser reapresentadas juntamente com a documentação acima, como condição à realização dos pagamentos: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.

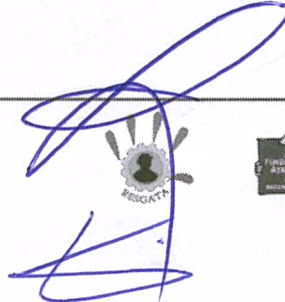
10.11.1 - A ausência de qualquer dos documentos mencionados como condição aos pagamentos impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

10.11.2 - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão no item "iii" da cláusula 14.6.

10.12 – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no art. 70, §1º da Lei 13.303/2016.
- 11.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.
- 11.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).
- 11.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
 - II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
 - III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 11.6. Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**", com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 11.7. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.
- 11.8. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.
- 11.9. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.
- 11.10. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.
- 11.11. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.



- 11.12. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.
- 11.13. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.
- 11.14. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.
- 11.15. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 12.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços, bem como as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.2. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE** (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.3. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 12.4. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.4.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.

- 12.5. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução do serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes e Controles de Qualidade determinados pela Fiscalização.
- 12.6. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 12.7. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 12.8. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação no objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:
- a) advertência;
 - b) multa administrativa;
 - c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

- 14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.
- 14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:
- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
 - ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
 - iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
 - iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
 - v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.
- 14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:
- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
 - iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.11.
- 14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.
- 14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.
- 14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.
- 14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.
- 14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.
- 15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:
- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.
- 15.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 15.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

15.5. A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

15.6. A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

15.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

- 17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.
- 18.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer

de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

- 18.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 18.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

- 21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

- 22.1. Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.
- 22.2. A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.
- 22.3. Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.
- 22.4. O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.
- 22.5. Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:
- I. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
 - II. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
 - III. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
 - IV. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
 - V. A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
 - VI. O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
 - VII. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles



contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

- VIII.** A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- IX.** Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- X.** O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

22.6. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

23.1. O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

23.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

23.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

23.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

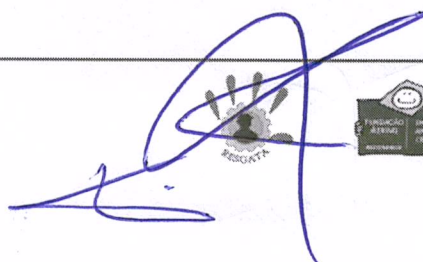
23.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

23.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

23.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

23.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017



- 24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
 - b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
 - c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
 - e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.
- 24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.
- 24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.
- 24.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.
- 24.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.
- 24.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.
- 24.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

- 24.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- 24.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- 24.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."
- 24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução dos serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.
- 25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

- 26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.
- 26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

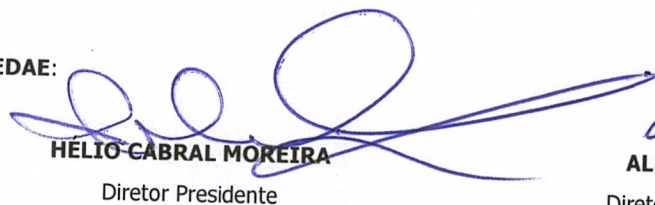
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

- 27.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

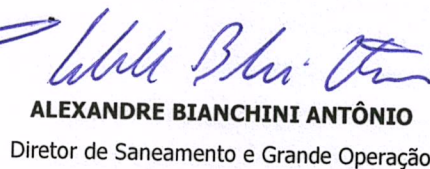
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019.

Pela **CEDAE**:



HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



ALEXANDRE BIANCHINI ANTÔNIO
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



ALEXANDRA HELENA DE SOUZA RANA
Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref.Contr-NEXXUS-serviço-manutenção-eletromecânica-serviço-engenharia-DL-001-2019

ANEXO I

PROJETO BÁSICO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA DE ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO.

1- OBJETO

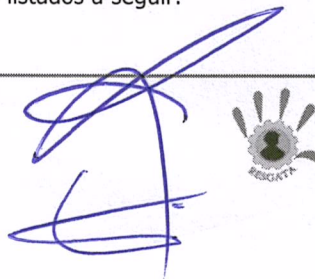
Este Projeto Básico define as condições para a contratação de serviços de manutenção elétrica, mecânica e hidráulica de equipamentos e instalações das Elevatórias e Estações de Tratamento de Água (ETAs) e de Esgoto (ETEs) que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Saneamento e Grande Operação - DSG, compreendendo:

- a) manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações elétricas de baixa e alta tensão, inclusive subestações e painéis de distribuição de força e comando de motores elétricos;
- b) manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos, tais como:
 - grades mecanizadas;
 - bombas centrífugas, helicoidais, de diafragma, de pistão e demais tipos existentes na CEDAE;
 - roscas transportadoras;
 - raspadores de desarenadores e decantadores;
 - sopradores de engrenagens e centrífugas;
 - unidades hidráulicas;
 - compressores;
 - queimadores;
 - centrífugas de lodo;
 - mesas de comando de filtros de areia;
 - válvulas, comportas e os respectivos atuadores;
 - sistema de ventilação e exaustão;
 - pontes rolantes;
 - cloradores;
 - evaporadores;
 - extintores de cal;
 - ejetores de linha de cloro; e
 - demais equipamentos utilizados nas unidades operacionais da CEDAE;
- c) pequenas recuperações de estruturas metálicas;
- d) reparo de pintura industrial em equipamentos e tubulações;
- e) serviços de usinagem de peças de equipamentos; e
- f) manutenção preditiva, preventiva e corretiva de instalações prediais, tais como sistema de para-raios, instalação hidráulica, instalação elétrica (tomadas, iluminação interna e externa).

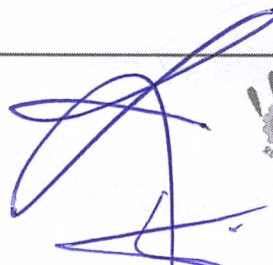
As unidades operacionais a serem consideradas no escopo destes serviços estão relacionadas no Anexo I e estão distribuídas nos seguintes órgãos da DSG:

- a) Gerência Guandu Lameirão – GD SG-4;
- b) Gerência de Operação e Manutenção de Água – GD SG-5;
- c) Gerência Imunana Laranjal – GD SG-7;
- d) Gerência de Grande Operação e Manutenção de Esgotos – GD SG-10;
- e) Gerência de Tratamento de Esgotos – GD SD-11
- f) Assessoria de Produção e Operação – AD SG-3
- g) Gerência de Controle de Qualidade da Água – GD SG-6

Esses órgãos da DSG estão divididos em Departamentos e Coordenações, sendo os principais envolvidos diretamente nos serviços a serem contratados, os listados a seguir:



Gerência	Coordenação		Área de atuação
GDSG-4	DDSG-4B	Departamento de Manutenção Mecânica da DDSG-4	ETA Guandu (mecânica e elétrica).
	CDSG-4F	Coordenação de Manutenção Eletromecânica da DDSG-4D	Elevatória do Lameirão (mecânica e elétrica).
GDSG-5	CDSG-5.G	Coordenação Eletromecânica de Grandes elevatórias de água da DDSG-5	Grandes elevatórias de água do sistema de distribuição do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
	CDSG-5.H	Coordenação de Oficinas de Eletromecânica de Água da DDSG-5.C	
GDSG-7	CDSG-7C	Coordenação de Controle Operacional, Telemetria e Automação da DDSG-7A	ETA Imunana/Laranjal e grandes elevatórias situadas nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.
	CDSG-7D	Coordenação de Manutenção de Eletromecânica da DDSG-7A	
GDSG-10	CDSG-10G	1ª Coordenação de Eletromecânica de Esgotos da DDSG-10E	Elevatórias de esgoto situadas na Zona Sul do município do Rio de Janeiro.
	CDSG-10H	2ª Coordenação de Eletromecânica de Esgotos da DDSG-10E	Elevatórias de esgoto situadas na Zona Norte do município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.
	CDSG-10I	3ª Coordenação de Eletromecânica de Esgotos da DDSG-10E	Elevatórias de esgoto situadas na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.
	CDSG-10J	4ª Coordenação de Oficinas de Eletromecânica de Esgotos da DDSG-10E	Manutenção de equipamentos eletromecânicos de elevatórias da GDSG-10
GDSG-11	SDSG-11B	Assistência Técnica Operacional da GDSG-11	Todas as ETes.
	CDSG-11E	Coordenação de Manutenção e Eletromecânica de Alegria da DDSG-11C	ETE Alegria (mecânica e elétrica)
	CDSG-11H	Coordenação de Manutenção da Penha e Ilha da DDSG-11D	ETes Penha, Ilha do Governador e Paqueta.
	CDSG-11K	Coordenação de Manutenção da Pavuna e Sarapuá da DDSG-11E	ETes Pavuna e Sarapuá.
	CDSG-11M	Coordenação de Manutenção Leste da DDSG-11F	ETE São Gonçalo e demais ETes e elevatórias situadas nos municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Maricá.




Gerência	Coordenação		Área de atuação
GDSG-11	CDSG-110	Coordenação de Manutenção Oeste e Baixada da DDSG-11G	ETE Barra da Tijuca e demais ETES situadas na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.
GDSG-6	CDSG-6A	1ª Coordenação de Operação e Manutenção da DDSG-6A	ETAs, UT's, Captações e Unidades de Recloração, do Sistema Adutor da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	CDSG-6B	2ª Coordenação de Operação e Manutenção da DDSG-6A	
ADSG-3	SDSG-3A	Assistência Técnica Operacional de Água da ADSG-3	ETAs, Grandes Elevatórias, Captações e Estações Pitométricas, do Sistema Adutor da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem contratados referem-se à manutenção preditiva, preventiva e corretiva das unidades operacionais da CEDAE (elevatórias e estações de tratamento) situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Estes serviços visam aumentar a confiabilidade operacional das unidades, melhorando a sua eficiência, rapidez e qualidade dos serviços prestados, evitando-se prejuízos com paradas operacionais, desconforto para os clientes e imagem negativa da empresa junto à população.

Em geral, a manutenção constitui-se na conservação de todos os equipamentos e das instalações elétricas, mecânicas e hidráulicas, de forma que todos estejam em condições ótimas de operação quando solicitados ou, em caso de defeitos, que estes possam ser reparados no menor tempo possível e da maneira tecnicamente mais correta.

Como meta, deseja-se migrar do atual estado dominante, caracterizado pela manutenção corretiva, para o estado preditivo e preventivo, caracterizado pelas seguintes condições:

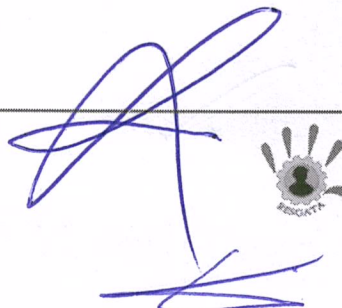
- redução do número de intervenções corretivas, principalmente em momentos críticos, tais como períodos noturnos, fins de semana, períodos críticos de produção e distribuição, e etc.;
- aumento da vida útil dos equipamentos, máquinas e instalações;
- aumento considerável da taxa de utilização anual dos sistemas de produção e de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto.

3- TIPO DE CONTRATAÇÃO

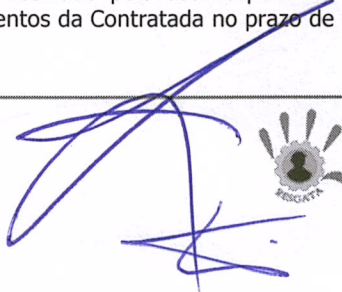
- A presente contratação se dará por **Dispensa de Licitação**, em conformidade com o Inciso XV do Art. 29 e Inciso II parágrafo 3º do Art. 30 da Lei nº 13.303/2016.
- O critério de julgamento das propostas será o menor preço, em conformidade com o Art. 54 da Lei nº 13.303/2016.
- O contrato destinado à execução dos serviços de manutenção utilizará o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o Art. 43 da Lei nº 13.303/2016.

4- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

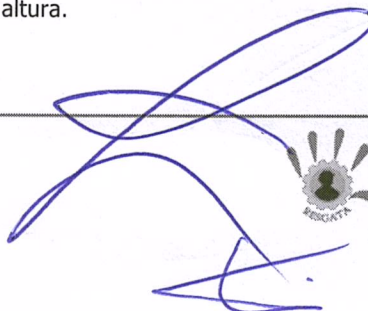
- Informações gerais.



- 4.1.1. Os serviços de manutenção descritos no capítulo OBJETO, estão relacionados na Planilha de Serviços da CEDAE com as respectivas quantidades divididas por Órgãos da DSG.
- 4.1.2. Os quantitativos dos serviços foram determinados para execução no período de doze meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início.
- 4.1.3. É de inteira responsabilidade da Contratada a execução de todas as atividades necessárias à completa realização dos serviços contratados, em consonância com as prescrições contidas neste Projeto Básico, no Edital, no Contrato e na Planilha de Serviços da CEDAE.
- 4.2. Manutenção preditiva e preventiva.
- 4.2.1. A manutenção preditiva e preventiva dos sistemas e equipamentos deve ser periódica, baseada nas condições e na análise de dados coletados através de monitoração ou inspeções em campo.
- 4.2.2. As técnicas de monitoramento na manutenção preditiva incluem: aparelhos que exercem vigilância constante predizendo a necessidade do reparo, análise de vibração, medições de temperatura, medições de parâmetros elétricos (corrente e tensão), monitoria de processo, inspeção visual, análise dos óleos, análise do estado das superfícies, análises estruturais de peças e outras técnicas de análise não-destrutivas.
- 4.2.3. Após as inspeções descritas, a Contratada deve fornecer à fiscalização uma relação dos itens verificados, devidamente assinado pelo responsável técnico da contratada, e um relatório detalhado no caso da ocorrência de anormalidades.
- 4.2.4. Os serviços de manutenção preditiva e preventiva devem ser executados em todos os equipamentos existentes nas unidades operacionais da CEDAE. Suas especificações e quantidades estão descritas na Planilha de Serviços da CEDAE (ver Anexo II).
- 4.2.5. A manutenção preditiva e preventiva dos sistemas e equipamentos deve ser executada com base nas orientações e demandas dos Órgãos da DSG e na própria experiência da Contratada no ramo, e em consonância com as recomendações deste Projeto Básico.
- 4.2.6. As orientações da manutenção poderão ser alteradas a qualquer tempo pela Contratante, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à Contratada por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.
- 4.2.7. O responsável técnico da Contratada deve obter autorização prévia da Contratante caso julgue necessário realizar alterações ou complementações nas rotinas de manutenção já estabelecidas para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos e sistemas.
- 4.3. Manutenção corretiva.
- 4.3.1. A manutenção corretiva deve ser realizada somente na ocorrência de panes ou defeitos nos sistemas das elevatórias, ETEs e ETAs e mediante a prévia autorização da Contratante.
- 4.3.2. A manutenção corretiva possui o objetivo de reparação, restauração, conserto, substituição de equipamentos, componentes ou peças para a correção de falhas, devendo ser minimizada com a prática constante da predição, prevenção e planejamento.
- 4.3.3. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas deve receber prévia autorização da Contratante. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes devem correr por conta da Contratada.
- 4.3.4. Nos sistemas ou equipamentos que se encontrarem em período de garantia dos respectivos fabricantes, os serviços de manutenção corretiva somente podem ser realizados após a constatação de que a causa do problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
- 4.3.5. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a Contratada deve comunicar o fato à fiscalização no prazo de vinte e quatro horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo responsável técnico da Contratada, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
- 4.3.6. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, deve ser atribuída à Contratada a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.
- 4.3.7. A Contratada deve apresentar laudo técnico, assinado pelo seu responsável técnico, sobre toda ocorrência de defeito nos sistemas ou equipamentos da Contratada no prazo de vinte e quatro horas,



- contados a partir da sua identificação, especificando a causa e o tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios.
- 4.3.8. Os serviços de manutenção corretiva devem ser executados somente quando necessário, em todos os equipamentos existentes nas elevatórias, ETAs e ETEs, em conformidade com a Planilha de Serviços da CEDAE apresentada no Anexo II.
- 4.4. Transportes.
- 4.4.1. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela Contratada, a serem empregados na realização dos serviços de manutenção, devem ser embalados adequadamente para transporte rodoviário e os custos do transporte e do seguro devem correr às expensas da Contratada.
- 4.4.2. A Contratada deve arcar com as despesas de transporte e seguro de equipamentos e materiais defeituosos, cobertos pela garantia.
- 4.4.3. Os veículos do tipo picape utilizados para os serviços constantes no objeto em questão devem atender às seguintes exigências:
- a) tipo - cabine dupla (quatro portas);
 - b) deve possuir no máximo dois anos de fabricação e estar em bom estado de conservação;
 - c) cor - branca com a indicação "A serviço da CEDAE".
- 4.4.4. Os veículos empregados nos serviços de manutenção não podem ser de abastecimento a gás.
- 4.5. Qualificações.
- 4.5.1. Os serviços que compõem o objeto deste Projeto Básico devem ser executados por profissionais especializados, com conhecimento devidamente comprovado e escolaridade correspondente à função a ser exercida, com avaliação técnica a ser efetuada pela Contratante, e possuir perfil adequado que permita um bom relacionamento para o desempenho das suas atividades.
- 4.5.2. As manutenções preditiva, preventiva e corretiva devem ser desenvolvidas por profissionais enquadrados nas seguintes especializações, obedecendo as atribuições estabelecidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):
- a) supervisor de manutenção eletromecânica, industrial, comercial e predial (CBO 9501-10);
 - b) mecânico de equipamentos industriais (CBO 9113-05);
 - c) mecânico de manutenção de bombas (CBO 9111-10);
 - d) eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05);
 - e) soldador (CBO 7243-15);
 - f) técnico em eletromecânica (CBO 3003);
 - g) torneiro mecânico (CBO 7212-15);
 - h) ajudante (CBO 5143-10).
- 4.5.3. Obrigatoriamente, os profissionais que trabalham expostos à eletricidade devem se enquadrar às exigências da Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), instituída pela Portaria nº 598/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo apresentar à Fiscalização no prazo de noventa dias, contados da data da emissão da Ordem de Início, cópias dos seguintes documentos para cada trabalhador:
- a) certificado de qualificação em trabalhos de eletricidade;
 - b) habilitação dos técnicos de eletricidade, previamente qualificados e com registro no competente conselho de classe;
 - c) autorização a trabalhar em instalações elétricas, emitida pela Contratada;
 - d) certificado dos cursos em NR-10 e SEP (Sistema Elétrico de Potência);
 - e) certificado do curso NR-33, trabalho em espaço confinado;
 - f) certificado do curso NR-35, trabalho em altura.

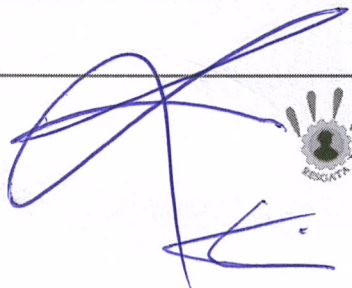


- 4.5.4. A CEDAE, de acordo com seu interesse, poderá envolver os profissionais em treinamentos específicos e de novas tecnologias, patrocinadas pela mesma, que visem melhorar a qualidade dos seus serviços, sem ônus para a Contratada, salvo os custos decorrentes de deslocamento e diárias, ou outras despesas, que devem de responsabilidade da Contratada.
- 4.6. Condições para a realização dos serviços.
- 4.6.1. Os serviços devem ser executados sem causar transtornos e sem produzir sujeira nas instalações da Contratante, devendo os recintos, onde forem realizados os serviços, serem limpos ao final dos mesmos, sem ônus para a Contratante.
- 4.6.2. Os empregados da Contratada devem portar crachá de identificação plastificado, constando, de forma bem legível, nome, fotografia e o nome da Contratada, com a seguinte indicação - "A SERVIÇO DA CEDAE".
- 4.6.3. A Contratada deve disponibilizar telefones celulares para os seus supervisores de serviços para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou para acompanhamento, pela fiscalização, dos serviços em andamento. Os custos de telefonia devem correr por conta da Contratada, sem ônus para a CEDAE e para os trabalhadores contratados. Os telefones celulares devem estar devidamente habilitados para receber e transmitir ligações sem limitação de tempo de uso e devem estar permanentemente ativos.
- 4.6.4. Todos os serviços de manutenção devem ser realizados sem o desligamento de equipamentos ou unidades operacionais. As paralisações de equipamentos e unidades operacionais que se fizerem necessárias devem ser programadas e aprovadas pela fiscalização ou pelo Coordenador de Manutenção de cada Órgão.
- 4.6.5. Todos os serviços previstos neste Projeto Básico devem ser realizados no horário comercial de segunda-feira a sexta-feira. Serviços em outros horários e/ou fins de semana e feriados podem ser realizados desde que aprovados pela Fiscalização.

5- VISITA TÉCNICA

- 5.1. Os interessados podem realizar visita técnica às unidades relacionadas abaixo até o segundo dia útil antes da entrega das propostas, que deve ser marcada com os respectivos responsáveis da Contratante.

Unidade Operacional	Nome do responsável	Telefone
ETA Guandu	Julio Cezar Oliveira Antunes Ronaldo da Silva Canavezes	(21) 2686-9770
Elevatória de Água do Lameirão	Landerley Lemos de Abreu Paulo Gomes Siqueira	(21) 2332-7609
ETA Imunana-Laranjal	Carlos Neves Fontes Rafael Correa Braga	(21) 3709-0462
ETE Alegria	Robson Nogueira dos Santos Ademi Noberto da Silva	(21) 2332-3358
Elevatória da Caixa Nova da Tijuca	Roberto Luiz Marques de Souza	(21) 2332-3510
Elevatória Guaicurus	Hermes Cláudio Machado	(21) 2332-3403
Elevatória André Azevedo	Francisco Jose Memigette Paula	(21) 2332-3403
Elevatória Parafuso	Wagner Gonçalves Mondego	(21) 2332-3403
Túnel IV	Renato Cabral de Siqueira	(21) 2799-9189
ETA Taquara	Jean Carlos Rangel Pesenti	(21) 2332-1720
ETA Guandu	Rubio de Ivituhy Filho Josenil Renovato	(21) 2332-3511 (21) 2332-3725



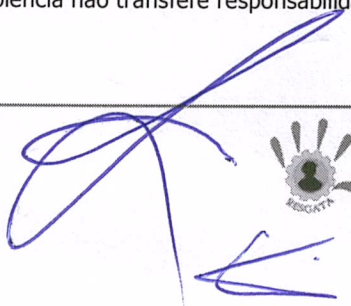
- 5.2. A visita técnica pode ser realizada por qualquer interessado, não sendo obrigatória para fins de participação no certame, porém a licitante que optar pela não realização da visita técnica deve apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penas da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

6- PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. O prazo máximo para execução dos serviços é de 180 dias e será contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início para a execução dos serviços.

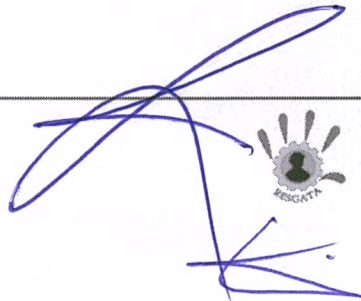
7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ALÉM DAS PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.
- 7.2. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos na quantidade e qualidade necessárias. Caso seja necessário o uso de ferramentas para execução dos serviços de manutenção que não sejam do uso diário, estas devem ser providenciadas pela Contratada em até cinco dias úteis, contados a partir da identificação da sua necessidade, ressalvados os casos emergenciais em que o fornecimento deve ser imediato, sem nenhum ônus adicional para o CEDAE.
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos pela CEDAE.
- 7.4. Todos os equipamentos e materiais fornecidos devem ter garantia contra qualquer defeito de fabricação, devidamente comprovada, pelo prazo de doze meses, contados a partir da data de aprovação da respectiva OS pela fiscalização. A garantia importa na substituição de equipamentos e materiais defeituosos ou na correção de falhas decorrentes de execução inadequada dos serviços de manutenção, sem ônus para a CEDAE.
- 7.5. A Contratada deve providenciar a mobilização de pessoal e os componentes necessários para a execução dos serviços de reparos, substituições e modificações em garantia, em caráter emergencial, caso haja interrupção do funcionamento da respectiva unidade operacional.
- 7.6. Reparar os danos causados a CEDAE e a terceiros por seus equipamentos, pessoal ou firmas prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de materiais, suas contratadas.
- 7.7. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante, devidamente uniformizados, habilitados e identificados para execução do serviço, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- 7.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão nas unidades operacionais (Elevatórias, Oficinas, ETAs e ETEs) para a execução dos serviços. A Contratada deve apresentar no início do contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais.
- 7.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.



- 7.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição de empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços, conforme descrito neste Projeto Básico.
- 7.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante.
- 7.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvios de função.
- 7.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada ou dificuldade que impossibilite a prestação dos serviços contratados.
- 7.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 7.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 7.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.18. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei 6.496/77.
- 7.19. Obter as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 7.20. Observar todas as diretrizes e regras de caráter ambiental vigentes.
- 7.21. Responsabilizar-se pela segurança, guarda e conservação de todos os seus materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e ainda pela proteção destes, nas instalações da Contratante.
- 7.22. Fornecer os manuais dos novos equipamentos instalados.
- 7.23. Manter organizados os quadros elétricos e racks de cabeamento estruturado, realizando a revisão dos mesmos sempre que solicitada.
- 7.24. Manter atualizado o prontuário de instalações elétricas exigido pela NR-10, incluindo as modificações realizadas. (Acho que é responsabilidade da CEDAE e não cabe a contratada)
- 7.25. Prestar serviços de manutenção de forma a assegurar que os sistemas e equipamentos mantenham funcionamento regular, eficiente, seguro e econômico.
- 7.26. Fornecer todo o mobiliário, linha de telefone móvel, computador com conexão a internet e impressora para cada estrutura de controle administrativo permanente, a ser disponibilizada pela Contratada nos locais indicados no item 11.1.1.

8- DA SUBCONTRATAÇÃO



- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9- REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 9.1. Resíduos sólidos e/ou perigosos gerados nos serviços de manutenção contratados, tais como lâmpadas fluorescentes e trapos ou estopas sujas de óleos e graxas, devem ser acondicionados adequadamente, em conformidade com a Lei 12.305/2010 que institui Política Nacional de Resíduos Sólidos, para disposição final a ser providenciada pela Contratante.

10- NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 10.1. Os serviços devem ser executados em restrito atendimento às normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), normas internacionais equivalentes, normas de Segurança do Trabalho e normas da CEDAE, entre outras.
- 10.2. Como alternativas às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, devem ser consideradas as normas das seguintes entidades:
- a) DIN - Deutsche Institut für Normung;
 - b) AISC - American Institute of Steel Construction;
 - c) AWS - American Welding Society;
 - d) AISE - Association of Iron and Steel Engineers;
 - e) AISI - American Iron Steel Institute;
 - f) ANSI - American National Standards Institute;
 - g) ASME - American Society of Mechanical Engineers;
 - h) ASTM - American Society of Testing Materials;
 - i) ISO - International Organization for Standardization;
 - j) JIS - Japanese Industrial Standard;
 - k) SAE - Society of Automotive Engineers;
 - l) SSPC - Steel Structure Painting Council;
 - m) Standards of Hydraulic Institute;
 - n) AWWA - American Water Works Association.
- 10.3. Todos os materiais e equipamentos a empregar nos serviços de manutenção devem ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente às especificações.
- 10.4. A Contratada deve adquirir, em igualdade de condições, materiais e equipamentos que tenham a marca de conformidade de acordo com a ABNT.
- 10.5. Todos os materiais a empregar nos serviços de manutenção devem ser originais, satisfazendo rigorosamente as especificações e dimensões estabelecidas pelo fabricante de cada equipamento que sofreu manutenção.
- 10.6. Deve ser de inteira responsabilidade da Contratada a aplicação da Portaria nº 3.214 de 08 de Junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, suas Portarias Modificadoras, Normas Regulamentadoras e Anexos, consubstanciados na Lei nº 6514/77, que trata da Segurança e Saúde do Trabalhador durante a execução do presente contrato, em especial, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).
- 10.7. A Contratada é a única responsável pelo cumprimento, inclusive por parte de seus prepostos condutores de veículos, das disposições constantes do Código Nacional de Trânsito e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

11- PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO

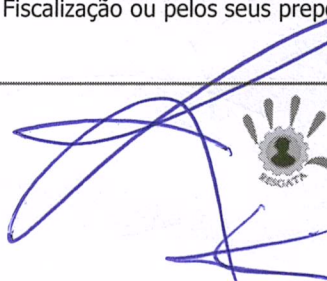
11.1. Controle dos serviços.

11.1.1. Os serviços relacionados neste Projeto Básico devem ser executados sob a direção da fiscalização ou dos seus prepostos, sediados nos seguintes locais:

Unidade Operacional	Endereço	Gerência
ETA Guandu (DDSG-4.B)	Antiga Estrada Rio - São Paulo, km 19,5 - Prados Verdes, Nova Iguaçu-RJ	GDSG-4
Elevatória de Água do Lameirão (DDSG-4.D)	Rua Irapuru, nº 540 - Santíssimo, Rio de Janeiro-RJ	
Departamento de Eletromecânica de Água (DDSG-5.C)	Rua Capitão Félix, 426 - Benfica, Rio de Janeiro-RJ	GDSG-5
ETA Laranjal (DDSG-4.A)	Rodovia Amaral Peixoto, km 13,5 - Laranjal, São Gonçalo-RJ	GDSG-7
Copacabana - 1ª Coordenação Eletromecânica de Esgoto (CDSG-10.G)	Rua Francisco Sá, nº 86	GDSG-10
Coordenação - 2ª Coordenação Eletromecânica de Esgoto (CDSG-10.H)	Rua Cuba, nº 1 - Penha, Rio de Janeiro-RJ	
Taquara - 3ª Coordenação Eletromecânica de Esgoto (CDSG-10.J)	Rua André Rocha s/nº	
Coordenação de Oficinas de Eletromecânica de Esgotos	Rua Carlos Seidl, 1.580 - Caju, Rio de Janeiro-RJ	
ETE Alegria (DDSG-11.C)	Rua Boas Vindas, 697 - Caju, Rio de Janeiro-RJ	GDSG-11
ETE Penha-Ilha (DDSG-11.D)	Rua Cuba, nº 1 - Penha, Rio de Janeiro-RJ	
ETE Pavuna (DDSG-11.E)	Rua Bulhões Marcial, nº 975 - Vigário Geral, Rio de Janeiro-RJ	
ETE São Gonçalo (DDSG-11.F)	Rodovia BR 101, km 10 - Boa Vista, São Gonçalo-RJ	
ETE Barra da Tijuca (DDSG-11.G)	Avenida Ayrton Senna, nº 1.791 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ	
Posto avançado da Assistência Técnica Operacional de Água (SDSG-3 A)	Rua Capitão Félix, 426 A - Benfica, Rio de Janeiro-RJ	ADSG-3
Sede da Gerência de Controle de Qualidade de Água(DDSG-6A)	Rua Dr. Otávio Kelly, nº110, Tijuca, Rio de Janeiro	GDSG-6

11.1.2. Tendo em vista que os serviços devem ser realizados em conformidade com a Planilha de Serviços CEDAE em anexo, respeitando-se o quantitativo de cada Órgão, a Contratada deve manter um apoio administrativo para cada Órgão, de forma descentralizada, nas unidades descritas no item anterior.

11.1.3. Em função da natureza contínua dos serviços contratados, não poderá haver descontinuidade na sua execução durante os períodos estabelecidos pela Fiscalização ou pelos seus prepostos.



- 11.1.4. Todo e qualquer serviço a ser executado deve ser iniciado com um pedido formal (rastreadável) a ser emitido pelo fiscal de cada Órgão, ou pelos seus prepostos, para a emissão de uma Ordem de Serviço (OS) pela Contratada. A OS deve ser a única fonte de informação para consubstanciar os valores apresentados em cada medição de faturamento, e deve possuir os seguintes campos:
- a) data de emissão;
 - b) data de início dos serviços;
 - c) classificação da OS nas categorias: "Os Emergencial"(executada no dia da solicitação), "OS programada sem fornecimento de material" e "OS programada com fornecimento de material"(prazo acordado com o fiscal);
 - d) responsável pela emissão;
 - e) serviços solicitados;
 - f) serviços executados, com o respectivo código apresentado na Planilha de Serviços da CEDAE;
 - g) material utilizado em cada serviço;
 - h) apropriação de informações obtidas a partir de medições de parâmetros elétricos e mecânicos;
 - i) campo de observações, contendo as rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre falhas em peças, equipamentos ou materiais, a análise de ocorrências extra-rotina e eventuais sugestões,
 - j) data da conclusão do serviços; e
 - k) aprovação da fiscalização ou dos seus prepostos.
- 11.1.5. O fiscal, ou representante de cada Órgão indicado pela fiscalização, deve solicitar a realização dos serviços de manutenção nos equipamentos e instalações sob a sua responsabilidade. A Contratada deve comparecer ao local indicado para a execução dos serviços nas elevatórias, ETAs e ETes nos prazos determinados no Acordo de Nível de Serviço (ANS).
- 11.1.6. A Contratada deve manter nas unidades operacionais indicadas no item 11.1.1 uma estrutura de controle administrativo permanente durante a vigência do contrato para o monitoramento das Ordens de Serviços, para a elaboração das memórias de cálculo de cada medição, para a emissão dos relatórios exigidos no ANS e para outros controles técnicos e administrativos necessários para a execução dos serviços contratados. O controle administrativo deve ser realizado em meio eletrônico em microcomputador pessoal a ser instalado em cada estrutura administrativa.
- 11.1.7. A estrutura de controle indicada no item anterior deve contar, pelo menos, com mão de obra para supervisão técnica/encarregado - (técnico industrial) e administrativa (auxiliar administrativo – nível médio), mobiliário (mesas, cadeiras e armários), microcomputador com os programas aplicativos necessários e impressora a serem instalados em salas nas unidades da CEDAE, quando disponíveis, ou em contêineres devidamente preparados, a serem alugados pela Contratada.
- 11.1.8. As atividades dos supervisores técnicos deve compreender:
- a) emissão dos relatórios e apresentação dos indicadores exigidos no ANS. Deve também apresentar as respostas para os Termos de Notificação emitidos pela fiscalização;
 - b) elaboração do planejamento local dos serviços das equipes de manutenção, em conjunto com a Contratante, sendo definido de acordo com as prioridades e necessidades da Contratante;
 - c) apresentação de cronograma semanal de visitas às unidades operacionais com objetivo de levantar demandas e de realizar inspeções de serviços realizados;
 - d) especificação de materiais para a aquisição;
 - e) atendimento às solicitações da Contratante; e
 - f) acompanhamento das equipes de manutenção quando for exigido o seu conhecimento técnico.
- 11.1.9. A Contratada deve disponibilizar um ou mais profissionais de nível superior com formação em engenharia mecânica e um ou mais profissionais de nível superior com formação em engenharia elétrica, em tempo integral, e que exercerão a função de coordenador/gerente de contrato para

atender as necessidades administrativas, técnicas e operacionais do contrato, com autonomia para viabilizar as soluções dos problemas, suprimindo as necessidades que sejam de responsabilidade da Contratada. As atividades dos coordenadores devem compreender:

- a) elaboração do planejamento global dos serviços das equipes de manutenção, em conjunto com a Contratante, sendo definido de acordo com as prioridades e necessidades da Contratante;
- b) atendimento às solicitações da fiscalização;
- c) acompanhamento das equipes de manutenção quando for exigido o seu conhecimento técnico;
- d) emissão dos *check-lists*, laudos técnicos e relatórios.

11.2. Medição.

11.2.1. A emissão de cada Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, deve ser acompanhada de uma memória de cálculo constando os itens da Planilha de Serviços da CEDAE e as respectivas quantidades utilizadas em cada unidade operacional citada no Anexo I, bem como das cópias de todas as Ordens de Serviço aprovadas pela fiscalização e que consubstanciaram os valores apresentados na respectiva memória de cálculo.

11.2.2. As memórias de cálculo e as respectivas cópias das ordens de serviços devem ser encaminhadas à CEDAE em meio digital e em duas vias impressas, carimbadas e assinadas, de forma a permitir a prestação de contas exigida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no final do contrato.

11.2.3. As Ordens de Serviço originais devem retornar à CEDAE.

11.2.4. A Contratada deve emitir Notas Fiscais de Serviços Eletrônica por Órgãos, assim como atender às exigências tributárias específicas de cada município onde os serviços serão executados.

11.2.5. A Contratada também deve encaminhar os relatórios e indicadores exigidos no ANS, antes da apresentação da fatura.

11.3. Acordo de níveis de serviço.

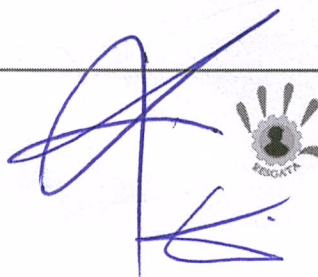
11.3.1. O Acordo de Nível de Serviços (ANS) apresentado no instrumento convocatório ou contratual deve definir as condições essenciais para a prestação dos serviços especificadas no objeto contratado, descrevendo a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela Contratante durante o período de vigência e/ou de execução do contrato, conforme aplicável.

11.3.2. O referido ANS determina os critérios objetivos de mensuração de resultados e do nível de qualidade dos serviços contratados, estabelecendo níveis mínimos de serviço a serem prestados pela Contratada, por meio de indicadores objetivos que permitam a mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, possibilitando à Contratante verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

12- INTEGRA ESTE PROJETO BÁSICO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, O SEGUINTE DOCUMENTO

ANEXO II

Unidade Operacionais da CEDAE Integrantes do Escopo de Serviços



ANEXO II

UNIDADES OPERACIONAIS DA CEDAE INTEGRANTES DO ESCOPO DE SERVIÇOS

ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA GDSG-4

ETA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
GUANDU (VETA – Velha ETA e NETA – Nova ETA)	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 19,5	Prados Verdes	Nova Iguaçu

ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DA GDSG-4

ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
BRG - BAIXO RECALQUE GUANDU	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 23,5	Bom Jesus	Nova Iguaçu
NBRG - NOVO BAIXO RECALQUE GUANDU	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 23,5	Bom Jesus	Nova Iguaçu
NEZR - NOVA ELEVATÓRIA DA ZONA RURAL	Estrada de Madureira, s/nº	Prados Verdes	Nova Iguaçu
RESERVATÓRIO MIRAPICU	Estrada de Madureira, s/nº	Prados Verdes	Nova Iguaçu
BARRAGEM AUXILIAR	Estrada do Dique, s/nº	Campo Lindo	Seropédica
BARRAGEM PRINCIPAL	Estrada do Dique, s/nº	Campo Lindo	Seropédica
LAMEIRÃO	Rua Irapuru, 540	Santíssimo	Rio de Janeiro
NEL - NOVA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO	Rua Irapuru, s/nº	Santíssimo	Rio de Janeiro

ESTAÇÕES DE TRATAMENTOS DE ÁGUA DA **GDSG-7**

ETA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
LARANJAL	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo

ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DA **GDSG-7**

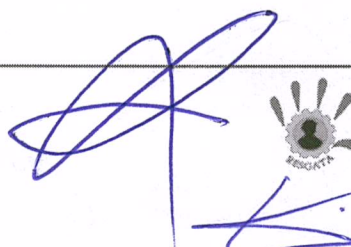
ELEVATÓRIA / BOOSTER	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
IMUNANA	Av. do Contorno km 9,0	Itambí	Itaboraí
GUAXINDIBA	Estr. de Guaxindiba esq. com Visconde de Mauá	Guaxindiba	São Gonçalo
BARRO VERMELHO	Praça do Barro Vermelho, s/nº	Barro Vermelho	São Gonçalo
MARQUES MANETA	Rua Dr. Jurumenha, s/nº	Barro Vermelho	São Gonçalo
LARANJAL I	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo
LARANJAL II	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo
IPIÍBA	Estr. Velha de Ipiíba	IPIÍBA	São Gonçalo
Unidade de Transmissão Remota - UTR'S			
RESERVATÓRIO INOÃ	Rua 7, s/nº	Inoã	Maricá
RESERVATÓRIO ITAIPUAÇU	Rua 184, s/nº	Itaipuaçu	Maricá
RESERVATÓRIO RIO DO OURO	Rua João Garcia Moreira, s/nº	Engenho do Roçado	São Gonçalo
VÁLVULAS 800 E 1000	Estrada João Batista Caffaro Campos, s/nº	Itambí	Itaboraí
BOOSTER GUAXINDIBA	Estrada Guaxindiba, s/nº	Bom Retiro	São Gonçalo
GIRÃO BARROSO	Rua Girão Barroso, s/nº	Vila Três	São Gonçalo
RESERVATÓRIO COLUBANDÊ	Rua Nestor Moreira, s/nº	Mutondo	São Gonçalo
VÁLVULA TRIBOBÓ	Rua Joaquim Laranjeiras, s/nº	Miriambí	São Gonçalo
SANTA IZABEL	Rua Agostinho Félix Vieira, s/nº	Raul Veiga	São Gonçalo
RESERVATÓRIO MARQUES MANETA	Tv. Álvaro Lopes Martins, s/nº	Barro Vermelho	São Gonçalo
CASTELO	Rua André Dacier, s/nº	Laranjal	São Gonçalo
ETA MANILHA	Estrada do Contorno km 2,5 (BR-493)	Gebara	Itaboraí
ETA PORTO	Rua Vinte e Dois de Maio, s/nº	Porto das Caixas	Itaboraí
RESERVATÓRIO AMENDOEIRA	Rua Lúcio Alves, s/nº	Laranjal	São Gonçalo
CAMPO DE FUTEBOL	Rua Lindolfo Fernandes, s/nº	Raul Veiga	São Gonçalo
CHICO MENDES	Rua Lindolfo Color, s/nº	Raul Veiga	São Gonçalo
BOOSTER TRIBOBÓ	RJ 104, km 7,5	Tribobó	São Gonçalo
MARIA PAULA	Rua Frederico Malacherdes Figueiredo	Maria Paula	São Gonçalo
DIVISA 4ª LINHA	Rua José Lenardo, s/nº - Neves	Neves	São Gonçalo
VÁLVULA 4ª LINHA	Rua Lúcio Tomé Feteira, s/nº	Vila Lage	São Gonçalo

BARRAGEM 36	Estrada de Macacu, s/nº	Guapimirim	Guapimirim
RESERVATÓRIO TRINDADE	Rua Santa Maria da Vitória, s/nº	Mutuapira	São Gonçalo
RECALQUE 2000	Rua André Dacier, s/nº	Laranjal	São Gonçalo

ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DA GDSG-5

UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
BOOSTER COELHO DA ROCHA	Avenida Pasteur, s/nº - Parque Alian	Coelho da Rocha	São João de Meriti
BOOSTER BAIXADA	Rua Florípes Rocha, nº 28	Centro	Belford Roxo
BOOSTER POSSE	Rua Luis Galvão do Vale, s/nº	Miguel Couto	Nova Iguaçu
BOOSTER FUNDÃO	Avenida Brigadeiro Trompowski, s/nº	Ilha do Fundão	Rio de Janeiro
BOOSTER ÉDEN	Rua Da Matriz, nº 2615	Vila Rosali	São João de Meriti
BOOSTER ENGENHEIRO PEDREIRA	Avenida Guandu esquina da Rua Engº Passos-Marajoara	Engenheiro Pedreira	Japeri
BOOSTER JK	Rua da Cascata, nº 22	Juscelino	Mesquita
BOOSTER NILÓPOLIS	Rua Governador Roberto da Silveira, s/nº	Olinda	Nilópolis
BOOSTER ACARI	Avenida Pastor Martin Luther king, nº 12.510	Pavuna	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA ALMIRANTE ALEXANDRINO	Rua Almirante Alexandrino, nº 2.093	Santa Tereza	Rio de Janeiro
BOOSTER GUAICURUS	Rua Guaicurus, nº 1	Rio Comprido	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA GUARABU	Estrada do Galeão, nº 1.700	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA JARDIM MERITI	Rua Mariana Mageli de Medeiros, nº 654	Jardim Meriti	São João de Meriti
BOOSTER JURAMENTO	Rua Alecrim, nº 1.085 Fundos	Vila Kosmos	Rio de Janeiro
BOOSTER MARACANÃ	Praça Maracanã, s/nº	Maracanã	Rio de Janeiro
BOOSTER MENDES DE MORAES	Avenida Francisco Bicalho, s/nº	Cidade Nova	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA REUNIÃO	Rua Almirante Melquíades de Souza, 9 - Morro da Caixa D'água	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
BOOSTER ROCINHA INFERIOR	Rua Graça Couto, s/nº	Gávea	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA SÃO MATHEUS	Rua Abílio Machado, s/nº	Vila Tiradentes	São João de Meriti
BOOSTER CAXIAS	Estrada Tipoera, s/nº	Vale do Ipê	Belford Roxo
ELEVATÓRIA ENGENHO DE DENTRO	Rua Pernambuco, nº 1	Engenho de Dentro	Rio de Janeiro

ELEVATÓRIA CAIXA NOVA DA TIJUCA	ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DA GDSC 5 Av. Edson Passos, 472	Usina	Rio de Janeiro
BOOSTER BELFORD ROXO	Rua Itajaí, nº 88	Centro	Belford Roxo
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
ELEVATÓRIA IMBARIÊ	Estrada Cachoeira das Dores, s/nº (eq Travessa Liberdade)	Taquara	Duque de Caxias
BOOSTER FLÁVIO CARDOSO	Rua Florinda Vilela, s/nº (eq. Rua Aratanha)	Campo Grande	Rio de Janeiro
BOOSTER BANGU	Rua Zaire Auler Cardoso, s/nº	Bangu	Rio de Janeiro
BOOSTER CHAPERÓ	Estrada José Maia de Oliveira, s/nº(esquina com Rua Um)	Chaperó	Itaguaí
BOOSTER AUSTIN QUEIMADOS	Estrada Austin Queimados, s/nº(esquina com Rua Araicas)	Jardim Lia Leia	Austin
CAIXA DE TRANSIÇÃO EUFRÁSIO BORGES	Rua Engenheiro Eufrásio Borges, s/nº	Lins Vasconcelos	Rio de Janeiro
RESERVATÓRIO MARAPICU	Estrada de Madureira, s/nº	KM 32	Nova Iguaçu
RESERVATÓRIO PEDREGULHO	Rua Marechal Jardim, nº 455	Benfica	Rio de Janeiro
CAIXA DE TRANSIÇÃO URUCUIA	Estrada da Chácara s/nº	Praça Jacarepaguá Seca-	Rio de Janeiro
POSTO DE MANOBRAS SILVA VALE	Rua João Ribeiro, nº 900	Engenho da Rainha	Rio de Janeiro
POSTO DE MANOBRAS FORMIGA	Avenida Brasil, km 39	Santíssimo	Rio de Janeiro
REPRESA XERÉM	Avenida Venancia s/nº	Xerém	Duque de Caxias
REPRESA SÃO PEDRO	Estrada da Represa de São Pedro, s/nº	Jaceruba	Nova Iguaçu
REPRESA RIO D'OURO	Estrada da Represa de Rio D'ouro, s/nº	Rio D'ouro	Nova Iguaçu
REPRESA TINGUÁ	Av. Nossa senhora da Conceição, nº 236	Tinguá	Nova Iguaçu
REPRESA MANTIQUEIRA	Rua Márcio dos Santos Silva, s/nº	Mantiqueira	Duque de Caxias
SEDE DA COORDENAÇÃO DE OPERAÇÃO BAIXADA-GOM 3.3	Rua Floripes Rocha, nº 38	Centro	Belford Roxo
SEDE DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO -GOM-4	Rua Alecrim, nº 1.085	Vila Kosmos	Rio de Janeiro
SEDE DA 2ª COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO- GOM-4.2	Estr. do Mendanha, nº 3.109	Campo Grande	Rio de Janeiro
SEDE DA 3ª COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO- GOM-4.3	Rua Floripes Rocha, nº42	Centro	Belford Roxo
SETOR DE EQUIPAMENTOS PESADOS	Estrada do Mendanha, nº 2.056	Campo Grande	Rio de Janeiro
SEDE DO DEPARTAMENTO DE ELETROMECÂNICA-GOM-5	Rua Capitão Félix, nº 426	Benfica	Rio de Janeiro




ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DA GDSG-10

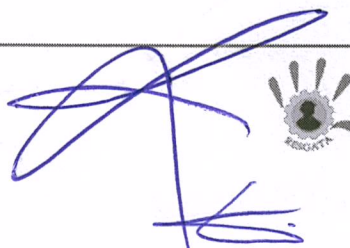
ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
SÃO CONRADO	Avenida Niemayer, s/nº	São Conrado	Rio de Janeiro
LEBLON	Avenida Delfim Moreira, s/nº	Leblon	Rio de Janeiro
SATURNINO DE BRITO	Av. Bartolomeu Mitre, s/nº	Gávea	Rio de Janeiro
CAIÇARAS	Av. Eptácio Pessoa, s/nº	Lagoa	Rio de Janeiro
CANTAGALO	Pça. Senador Filinto Muller, s/nº	Lagoa	Rio de Janeiro
HÍPICA	Av. Borges de Medeiros s/nº	Lagoa	Rio de Janeiro
JARDIM BOTÂNICO	Rua Jardim Botânico c/ Rua Pacheco Leão	Jardim Botânico	Rio de Janeiro
JOSÉ MARIANO	Rua José Mariano c/Av. Eptácio Pessoa	Lagoa	Rio de Janeiro
PARAFUSO	Av. Atlântica c/ Rua Almirante Gonçalves	Copacabana	Rio de Janeiro
FARME DE AMOEDO	Rua Farme de Amoedo c/ Rua Prudente de Moraes	Ipanema	Rio de Janeiro
ANDRÉ AZEVEDO	Rua Francisco Sá, nº 86	Copacabana	Rio de Janeiro
FORTE SÃO JOÃO	Forte São João	Urca	Rio de Janeiro
URCA	Pça. Tenente Gil Guilherme s/nº	Urca	Rio de Janeiro
AEROPORTO SANTOS DUMONT	Trevo do Estudante c/ Av. Silvio Noronha	Aeroporto	Rio de Janeiro
ARCOS LAPA	Arco da Lapa	Lapa	Rio de Janeiro
JOSÉ MARIANO (CTS*)	Rua José Mariano c/ Eptácio Pessoa	Lagoa Rodrigo de Freitas	Rio de Janeiro
CANTAGALO (CTS*)	Av. Eptácio Pessoa, s/nº embaixo do Viaduto Augusto Frederico Schmidt	Lagoa Rodrigo de Freitas	Rio de Janeiro
HÍPICA (CTS*)	Av. Borges de Medeiros, s/nº	Lagoa Rodrigo de Freitas	Rio de Janeiro
CAIÇARAS (CTS*)	Av. Eptácio Pessoa, s/nº	Lagoa Rodrigo de Freitas	Rio de Janeiro
JARDIM DE ALAH (CTS*)	Av. Eptácio Pessoa Prox. Comporta do Canal	Ipanema	Rio de Janeiro
MARINA DA GLÓRIA (CTS*)	Pça. Passeio Público, s/nº	Centro	Rio de Janeiro
SAN MARTIN (CTS*)	Pça. Almte. Belfort Vieira, s/nº	Ipanema	Rio de Janeiro
ALVORADA	Av. Alvorada s/nº entre Av. Lúcio costa e Av. Dulcídio Cardoso	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro

ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DA GDSG-10

ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
BARRA BONITA	Av. Teotônio Vilela, s/nº	Recreio dos Bandeirantes	Rio de Janeiro
OLÍMPICA	Av. Imperatriz Leopoldina, s/nº	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
VILA DOS ATLETAS	Av. Salvador Allende, s/nº	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
RIO DAS PEDRAS I	Vila Sobral - Rio das Pedras	Rio das Pedras	Rio de Janeiro
RIO DAS PEDRAS II	Rua Nova esq.com Engenheiro Souza Filho s/nº	Rio das Pedras	Rio de Janeiro
JARDIM CLARICE	Rua Borboleta Amarela s/nº	Jardim Clarice	Rio de Janeiro
JACAREPAGUÁ	Av. Airton Senna s/nº Acesso Av. Isabel Domingues	Gardênia Azul	Rio de Janeiro
ANIL	Rua Elizeu, s/nº	Anil	Rio de Janeiro
ITANHANGÁ	Rua Dom Rosalvo Costa Rego, s/nº	Itanhangá	Rio de Janeiro
BARRINHA	Estr. da Barra da Tijuca, s/nº	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
SAPÊ	Cordeiro do Rio, s/nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
JARDIM OCEÂNICO	Praça Professor Souza Araújo	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
CASCATINHA	Estr. Da Cascatinha, s/nº	Vargem Grande	Rio de Janeiro
BEIRA RIO I	Estr. Vereador Alceu de Carvalho, s/nº -Beira Rio	Vargem Grande	Rio de Janeiro
BEIRA RIO II	Estr. Vereador Alceu de Carvalho, s/nº -Beira Rio	Vargem Grande	Rio de Janeiro
SANTA AMÉRICA	Rua Santa América, s/nº	Vargem Grande	Rio de Janeiro
MONTSERRAT II	Rua Jorge Portela, s/nº	Vargem Pequena	Rio de Janeiro
MONTSERRAT I	Rua Claudio Jacob, s/nº	Vargem Pequena	Rio de Janeiro
HERMES DE LIMA	Rua Professor Hermes de Lima, s/nº	Recreio	Rio de Janeiro
BENVINDO DE NOVAES	Av. Benvindo de Novaes, s/nº	Recio	Rio de Janeiro
JARBAS DE CARVALHO	Av. Jarbas de Carvalho, s/nº	Recreio	Rio de Janeiro
CLÓVIS SALGADO	Rua Cel. Olívio Cesar Catoldi, s/nº	Recreio	Rio de Janeiro
HENFIL	Av. Henfil, s/nº Junto a Pça. de Barra Bonita	Recreio	Rio de Janeiro
JARDIM DO AMANHÃ II	Rua do Amor, s/nº Cidade de Deus	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
CÂMARA CASCUDO II	Rua Câmara Cascudo, s/nº c/ Av. Teotônio Vilela	Recreio	Rio de Janeiro

ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DA GDSG-10

ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
CHICO MENDES	Av. Jarbas de Carvalho, s/nº Chico Mendes	Recreio	Rio de Janeiro
CANAL DAS TAXAS	Av. Jarbas de Carvalho, s/nº esq. c/ Av. Gilka Machado	Recreio	Rio de Janeiro
RECREIO	Av. Gláucio Gil, s/nº e/f Rua Alfredo Baltazar	Recreio	Rio de Janeiro
MARAPENDI	Av. Pref. Dulcídio Cardoso. c/ Av. Raimundo Magalhaes Júnior	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
SANTA MÔNICA	Via 4, s/nº próximo a Subestação da Light	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
EUGENIO MACEDO	Av. Via, 4 s/nº próximo Colégio Faria Brito	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
LAGOA DA TIJUCA	Av. Via Parque, s/nº Esq. Com Tim Lopes	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
PENÍNSULA	Av. Via Parque, s/n esq. c/ Luiz Carlos Prestes	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
BANDEIRANTE	Estr. dos Bandeirantes, s/nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
CURICICA	Rua do Castor, s/nº esq. Rua Floreal	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
TAQUARA V	Rua Aurora, s/nº esq. Rua 108	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
FARIA TIMBÓ	Rua José dos Reis Tavares, nº 1681	Manguinhos	Rio de Janeiro
MANGUINHOS	Estr. de Manguinhos, s/nº	Manguinhos	Rio de Janeiro
JARDIM GUANABARA	Rua dos Sinos, s/nº	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
BICA	Estr. da Bica, nº 01	Jardim Guanabara	Rio de Janeiro
ZUMBI	Rua Formosa, nº 44	Zumbi	Rio de Janeiro
PARANAPUÃ	Av. Paranapuã, nº 2195	Cocota	Rio de Janeiro
COL. DOS PESCADORES	Pça. São Pedro, s/nº	Zumbi	Rio de Janeiro
SÃO BENTO	Praia de São Bento, nº467	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
PAYSANDU	Rua João Teles Menezes, s/nº	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
PORTUGUESA I	Rua Francisco Neves, nº200	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
PORTUGUESA II	Rua Jorge Mota, lt.3, Bloco 6	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
TUBIACANGA I	Praia de Tubiacanga, e/f ao nº4	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
TUBIACANGA II	Rua 87, s/nº, próximo ao nº30	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
VILA DO JOÃO	Rua do Canal 2, nº517 (comunidade Vila do João)	Manguinhos	Rio de Janeiro



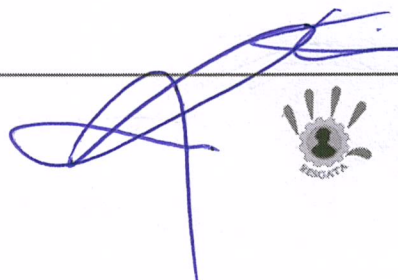
ESTAÇÕES DE TRATAMENTOS DE ESGOTO DA GDSG-11

ETE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
ALEGRIA	Rua Boas Vindas, S/N	Caju	Rio de Janeiro
PENHA	Rua Cuba, 1	Penha	Rio de Janeiro
ILHA DO GOV.	Rua Domingos Mondin, 315	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
PAQUETÁ	Praia José Bonifácio, s/nº	Paquetá	Rio de Janeiro
PAVUNA	Rua Bulhões Maciel, 975	Vigário Geral	Rio de Janeiro
SARAPUÍ	Rua Demóstenes, s/nº	Jardim Gláucia	Belford Roxo
SÃO GONÇALO	Rodovia BR 101, km 312	Boa Vista	São Gonçalo
JARDIM CATARINA	Rua Santa Catarina, s/nº	Jardim Catarina	São Gonçalo
APOLO	Rua Eunice Diogo Pereira, s/nº	Apolo	Itaboraí
MARICÁ	Avenida Santos Dumont, 165	Araçatiba	Maricá
BARRA DA TIJUCA	Avenida Ayrton Senna, 1.791	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro
VALO DE PAVUNA	Estrada Rio do Pau, 2.505, Rua 2	Pavuna	Rio de Janeiro
JOINVILLE	Rua Marco Aurélio c/ R: Icarai	Lote Quinze	Belford Roxo
URUÇANGA	Rua Aldo de Carvalho, s/nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
VARGEM GRANDE	Rua Alceu de Carvalho, s/nº	Vargem Grande	Rio de Janeiro
VARGEM PEQUENA	Rua Luis Eduardo Lobo, s/nº	Vargem Pequena	Rio de Janeiro
NOVO HORIZONTE 1	Est. Dos Bandeirantes, 11.227 Rua 1 c/ Rua C	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
NOVO HORIZONTE 2	Est. Dos Bandeirantes, 11.227 Rua F, s/nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
ORQUÍDEA	Rua Antônio Faria, 86	Itaipu	Belford Roxo
JARDIM GRAMACHO	Rua Francisco Glicério, s/nº	Jardim Gramacho	Duque de Caxias
LAGOINHA	Est. De Madureira - Rua Zero, s/nº	Lagoinha	Nova Iguaçu



ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS DA **GDSG-11**

ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
JARDIM CATARINA 1	Rua Eurico do Vale, lt 04, qd 42	Jardim Catarina	São Gonçalo
JARDIM CATARINA 2	Rua Itororó, s/nº	Jardim Catarina	São Gonçalo
JARDIM CATARINA 3	Rua Américo Miranda, lt 22, qd 40	Jardim Catarina	São Gonçalo
JARDIM CATARINA 4	Rua Itororó, lt 41, qd 61	Jardim Catarina	São Gonçalo
GROENLÂNDIA	Rua Groenlândia, 889	Fazenda dos Mineiros	São Gonçalo
PORTÃO DO ROSA	Rua Henrique Marins c/ R. Gustavo Leblon	Portão do Rosa	São Gonçalo
PISCINÃO	Rua Madureira c/ R. Magalhães Bastos	Boa Vista	São Gonçalo
MARIO QUINTÃO	Rua Mário Quintão, s/nº	Porto Novo	São Gonçalo
PAUL LEROUX	Rua Paul Leroux, s/nº	Gradim	São Gonçalo
FREDERICO MARQUES	Rua Belmiro Braga c/ R. Frederico Marques	Boa Vista	São Gonçalo
MUTONDO	Avenida José Mendonça de Campos, 143	Mutondo	São Gonçalo
APOLO 1	Rua 14, s/nº, Vale das Marambaias	Apolo	Itaboraí
APOLO 2	Rua G, s/nº, Vale das Marambaias	Apolo	Itaboraí

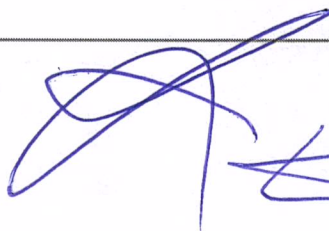


UNIDADES OPERACIONAIS PARA VERIFICAÇÃO DA PERFORMANCE HIDRÁULICA (ADSG-3)

ETA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
GUANDU (VETA – Velha ETA e NETA – Nova ETA)	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 19,5	Prados Verdes	Nova Iguaçu
LARANJAL	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo

ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
BRG - BAIXO RECALQUE GUANDU	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 23,5	Bom Jesus	Nova Iguaçu
NBRG - NOVO BAIXO RECALQUE GUANDU	Antiga Estrada Rio São Paulo, km 23,5	Bom Jesus	Nova Iguaçu
NEZR - NOVA ELEVATÓRIA DA ZONA RURAL	Estrada de Madureira, s/nº	Prados Verdes	Nova Iguaçu
RESERVATÓRIO MIRAPICU	Estrada de Madureira, s/nº	Prados Verdes	Nova Iguaçu
BARRAGEM AUXILIAR	Estrada do Dique, s/nº	Campo Lindo	Seropédica
BARRAGEM PRINCIPAL	Estrada do Dique, s/nº	Campo Lindo	Seropédica
LAMEIRÃO	Rua Irapuru, 540	Santíssimo	Rio de Janeiro
NEL - NOVA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO	Rua Irapuru, s/nº	Santíssimo	Rio de Janeiro
IMUNANA	Av. do Contorno km 9,0	Itambí	Itaboraí
GUAXINDIBA	Estr. de Guaxindiba esq. com Visconde de Mauá	Guaxindiba	São Gonçalo
BARRO VERMELHO	Praça do Barro Vermelho, s/nº	Barro Vermelho	São Gonçalo
MARQUES MANETA	Rua Dr. Jurumenha, s/nº	Barro Vermelho	São Gonçalo
LARANJAL I	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo
LARANJAL II	Rod. Amaral Peixoto km 13,5	Jardim Catarina	São Gonçalo
IPIÍBA	Estr. Velha de Ipiíba	IPIÍBA	São Gonçalo
BOOSTER COELHO DA ROCHA	Avenida Pasteur, s/nº - Parque Alian	Coelho da Rocha	São João de Meriti
BOOSTER BAIXADA	Rua Floripes Rocha, nº 28	Centro	Belford Roxo
BOOSTER POSSE	Rua Luis Galvão do Vale, s/nº	Miguel Couto	Nova Iguaçu
BOOSTER FUNDÃO	Avenida Brigadeiro Trompowsk, s/nº	Ilha do Fundão	Rio de Janeiro
BOOSTER ÉDEN	Rua Da Matriz, nº 2615	Vila Rosali	São João de Meriti
BOOSTER ENGENHEIRO PEDREIRA	Avenida Guandu esquina da Rua Engº Passos-Marajoara	Engenheiro Pedreira	Japeri
BOOSTER JK	Rua da Cascata, nº 22	Juscelino	Mesquita
BOOSTER NILÓPOLIS	Rua Governador Roberto da Silveira, s/nº	Olinda	Nilópolis

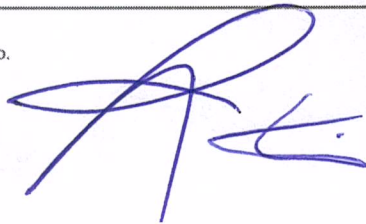
ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
BOOSTER ACARI	Avenida Pastor Martin Luther king, nº 12.510	Pavuna	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA ALMIRANTE ALEXANDRINO	Rua Almirante Alexandrino, nº 2.093	Santa Tereza	Rio de Janeiro
BOOSTER GUAICURUS	Rua Guaicurus, nº 1	Rio Comprido	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA GUARABU	Estrada do Galeão, nº 1.700	Ilha do Governador	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA JARDIM MERITI	Rua Mariana Mageli de Medeiros, nº 654	Jardim Meriti	São João de Meriti
BOOSTER JURAMENTO	Rua Alecrim, nº 1.085 Fundos	Vila Kosmos	Rio de Janeiro
BOOSTER MARACANÃ	Praça Maracanã, s/nº	Maracanã	Rio de Janeiro
BOOSTER MENDES DE MORAES	Avenida Francisco Bicalho, s/nº	Cidade Nova	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA REUNIÃO	Rua Almirante Melquíades de Souza, 9 - Morro da Caixa D'água	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
BOOSTER ROCINHA INFERIOR	Rua Graça Couto, s/nº	Gávea	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA SÃO MATHEUS	Rua Abilio Machado, s/nº	Vila Tiradentes	São João de Meriti
BOOSTER CAXIAS	Estrada Tipoera, s/nº	Vale do Ipê	Belford Roxo
ELEVATÓRIA ENGENHO DE DENTRO	Rua Pernambuco, nº 1	Engenho de Dentro	Rio de Janeiro
ELEVATÓRIA CAIXA NOVA DA TIJUCA	Av. Edson Passos, 472	Usina	Rio de Janeiro
BOOSTER BELFORD ROXO	Rua Itajai, nº 88	Centro	Belford Roxo
ELEVATÓRIA IMBARIÊ	Estrada Cachoeira das Dores, s/nº (eq Travessa Liberdade)	Taquara	Duque de Caxias
BOOSTER FLÁVIO CARDOSO	Rua Florinda Vilela, s/nº (eq. Rua Aratanha)	Campo Grande	Rio de Janeiro
BOOSTER BANGU	Rua Zaire Auler Cardoso, s/nº	Bangu	Rio de Janeiro
BOOSTER CHAPERÓ	Estrada José Maia de Oliveira, s/nº(esquina com Rua Um)	Chaperó	Itaguaí
BOOSTER AUSTIN QUEIMADOS	Estrada Austin Queimados, s/nº(esquina com Rua Araicas)	Jardim Lia Leia	Austin
CAIXA DE TRANSIÇÃO EUFRÁSIO BORGES	Rua Engenheiro Eufrásio Borges, s/nº	Lins Vasconcelos	Rio de Janeiro
RESERVATÓRIO MARAPICU	Estrada de Madureira, s/nº	KM 32	Nova Iguaçu
RESERVATÓRIO PEDREGULHO	Rua Marechal Jardim, nº 455	Benfica	Rio de Janeiro
CAIXA DE TRANSIÇÃO URUCUIA	Estrada da Chácara s/nº	Praça Seca-Jacarepaguá	Rio de Janeiro



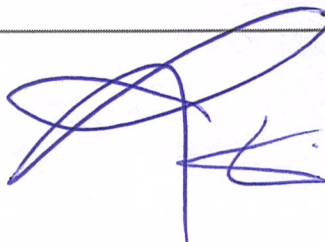

UT (Unidades de Tratamento)	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO
REPRESA XERÉM	Avenida Venancia s/nº	Xerém	Duque de Caxias
REPRESA MANTIQUEIRA	Rua Márcio dos Santos Silva, s/nº	Mantiqueira	Duque de Caxias
REPRESA SÃO PEDRO	Estrada da Represa de São Pedro, s/nº	Jaceruba	Nova Iguaçu
REPRESA RIO D'OURO	Estrada da Represa de Rio D'ouro, s/nº	Rio D'ouro	Nova Iguaçu
REPRESA TINGUÁ	Av. Nossa senhora da Conceição, nº 236	Tinguá	Nova Iguaçu
ETA TAQUARA	EST. CACHOEIRAS DAS DORES - S/Nº	IMBARIÊ	DUQUE DE CAXIAS
UT MAZOMBA	EST SATURNINO BRAGA S/Nº	MAZOMBA	ITAGUAÍ
UT PICO DA CORAGEM	ESTRADA DO PICO DA CORAGEM S/N	CHACRINHA	JAPERI
UT SERRA DO PILOTO	EST. SÃO JOÃO MARCOS 17	SÃO JOÃO MARCOS	MANGARATIBA
UT MURIQUI	ROD. MARIO COVAS KM 32,5	MURIQUI	MANGARATIBA
UT CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	EST. DO CURISCO S/Nº	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	MANGARATIBA
UT ITACURUÇÁ	ROD MARIO COVAS - KM. 27	ITACURUÇÁ	MANGARATIBA
UT ITINGUSSU	ROD MÁRIO COVAS KM 25	ITINGUSSÚ	MANGARATIBA
UNIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA - UT RIBEIRÃO DAS LAJES (TÚNEL IV)	RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 212	CABRAL	PARACAMBI
ETA FÁBRICA BRASIL	RUA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA 990	CASCATA	PARACAMBI
ETA SAUDOSO	EST. DO SAUDOSO - 2270	SABUGO	PARACAMBI
UT AFONSO VISEU	PÇ AFONSO VISEU - 112	ALTO DA BOA VISTA	Rio de Janeiro
UT RIO GRANDE	EST DO PAU DA FOME - S/Nº	JACAREPAGUÁ	Rio de Janeiro
UT SACARRÃO	EST. DO SACARRÃO - S/Nº	JACAREPAGUÁ	Rio de Janeiro
UT BATALHA	EST. DA BATALHA 858	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO
UT TACHAS	EST DAS TACHAS - S/Nº	GUARATIBA	Rio de Janeiro
UT CABOCLO	CAMINHO DOS CABOCLOS - S/Nº	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO
UT MENDANHA	EST. ABILIO BASTOS, 999	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO
UT DOIS MURINHOS	EST. DA CASCATINHA - S/Nº	ALTO DA BOA VISTA	RIO DE JANEIRO
UT GÁVEA PEQUENA	EST. DA VISTA CHINESA - 1500	ALTO DA BOA VISTA	RIO DE JANEIRO
UT PAINEIRAS	EST. DAS PAINEIRAS - S/Nº	ALTO DA BOA VISTA	RIO DE JANEIRO

UTS, URS E ETAS DA GDSG-6

UT, ETA e UR	Endereço	Bairro	Município
SEDE CDSG-6B	Estrada da Batalha, nº 858	Campo Grande	Rio de Janeiro
UT Batalha / Quininha	Estrada da Batalha, nº 858	Campo Grande	Rio de Janeiro
UT Caboclo/ Três Rios	Estrada da Represa s/nº	Campo Grande	Rio de Janeiro
UT Conc. de Jacareí	Estrada do Curisco S/n	Conceição de Jacareí	Mangaratiba




ETA Fábrica Brasil	Rua Governador Roberto Silveira nº 990	Paracambi/RJ	Rio de Janeiro
UT Itacuruçá	Rodovia Mário Covas km 27	Itacuruça	Mangaratiba
UT Itinguçu	Rodovia Mário Covas km 25	Itinguçu	Mangaratiba
UT Mazomba	Estrada Saturnino Braga s/nº	Mazomba	Itaguaí
UT Mendanha	Estrada Abílio Bastos nº 999	Campo Grande	Rio de Janeiro
UT Muriqui	Rodovia Mário Covas km 32,5	Muriqui	Mangaratiba
UT Pico da Coragem	Estrada do Pico da Coragem, s/nº	Chacrinha	Japeri
UT São Pedro	Estrada de Jaceruba s/nº	Jaceruba	Nova Iguaçu
ETA Saudoso	Estrada do Saudoso, 2270	Sabugo	Paracambi
UT Rio D'ouro	Estrada do Rio D'ouro, s/nº	Rio d'Ouro	Nova Iguaçu
UT Serra do Piloto	Estrada São João Marcos nº 17	São João Marcos	Mangaratiba
UT Tachas	Estrada das Tachas s/nº	Guaratiba	Rio de Janeiro
UT Tinguá	Estrada do Barreirão s/nº	Tingua	Nova Iguaçu
UT Túnel IV	Rodovia Presidente Dutra KM 212	Cabral	Paracambi
SEDE CDSG-6A	Rua Pernambuco Nº 1	Engenho de Dentro	Rio de Janeiro
UT Açude da Solidão	Est. do Açude, s/n -	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro
UR Centenário	Rua Francisca Tomé, Nº 126	Duque de Caxias	Duque de Caxias
UR Engenho de Dentro	Rua Pernambuco Nº 1	Engenho de Dentro	Rio de Janeiro
UR Eufrásio Borges	Rua Eufrásio Borges, S/Nº	Lins de Vasconcelos	Rio de Janeiro
UT, ETA e UR	Endereço	Bairro	Município
UR Pedregulho	Rua Marechal Jardim, Nº 455	Benfica	Rio de Janeiro
UR São Matheus	Rua Delfin Moreira, Nº 395	São Matheus	São João de Meriti
UT Afonso Viseu	Praça Afonso Viseu, Nº 112	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro
UR Macacos	Rua Pacheco Leão, S/Nº	Jardim Botânico	Rio de Janeiro
UT Paineiras	Estr. das Paineiras S/ N °	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro




UT Camorim	Estr. do Camorim Nº 954	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
UT Corcovado	Plataforma da Desembarque do Bondinho -	Corcovado	Rio de Janeiro
UT Dois Murinhos	Estr. da Cascatinha S/Nº	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro
UT Gávea Pequena	Estr. da Vista Chinesa Nº 1.500	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro
UT Mantiquira	Estr. do Garrão, S/Nº	Mantiquira	Duque de Caxias
UT Plano	Av. Venâncio Pereira da Andrade, S/Nº	Xerém	Duque de Caxias
UT Rio Grande	Estr. do Rio Grande, S/Nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
UT Sacarrão	Estr. do Sacarrão, S/Nº	Jacarepaguá	Rio de Janeiro
UT Xerém I	Av. Venância, S/Nº	Xerém	Duque de Caxias
UT Xerém II	Av. Venâncio Pereira da Andrade, S/Nº	Xerém	Duque de Caxias
ETA Taquara	Est. Cachoeiras das Dores S Nº	Taquara	Duque de Caxias

ANEXO III

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

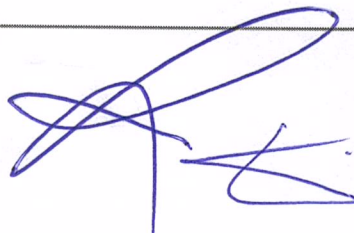
- 13.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços (ANS), o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 13.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada deve ser feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.
- 13.3. As situações abrangidas pelo ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 13.4. A Contratante poderá alterar os procedimentos e a metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

14- DO ESCOPO DO SERVIÇO

- 14.1. Descrição dos Serviços.
- 14.1.1. Realização de todos os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de elevatórias e Estações de Tratamento de Água (ETAs) e de Esgoto (ETEs) descritos na Planilha de Serviços da CEDAE, em conformidade com as especificações do Projeto Básico.
- 14.2. Objetivos.
- 14.2.1. Fornecimento de serviços de apoio para as atividades de manutenção eletromecânica realizadas pela Contratante em suas instalações, com qualidade adequada e no menor tempo possível, a fim de alcançar as metas estabelecidas no Capítulo 2 (JUSTIFICATIVA DA CONTRATATAÇÃO) do Projeto Básico.
- 14.3. Análise de Desempenho dos Serviços (Relatórios).
- 14.3.1. Para a permitir a análise de desempenho dos serviços executados deve ser estabelecido o controle de não conformidades observadas pela fiscalização, ou pelos seus prepostos, na execução dos serviços contratados. As não conformidades verificadas devem ser enquadradas em uma ou mais classificações apresentadas a seguir:
- a) não emissão de Ordem de Serviço para demandas encaminhadas pela Contratada;
 - b) demora não justificada para o início das realizações dos serviços especificados nas OSs emitidas;
 - c) demora não justificada para conclusão de serviços já iniciados;
 - d) execução de serviços de forma incorreta;
 - e) fornecimentos de materiais com qualidade duvidosa;
 - f) demora não justificada para emissão dos relatórios e documentos exigidos no Projeto Básico e neste ANS.

- 14.3.2. As não conformidades apontadas devem ser caracterizadas pelo não atendimento das seguintes exigências:
- a) prazo para a emissão da OS – até 24 horas, contados a partir do recebimento da demanda apresentada pela Contratante;
 - b) prazo para o início dos serviços especificados nas OSs emitidas – na mesma data de emissão da OS para serviços os emergenciais, 24 horas para serviços não emergenciais sem fornecimento de material e 72 horas para serviços não emergências com fornecimento de material, contados a partir da emissão da OS, considerando somente o horário comercial de dias úteis, isto é, intervalos entre jornadas de trabalho não devem ser contabilizados.
Os serviços emergenciais decorrem de paralizações de unidades operacionais da CEDAE que geram perda de produção imediata (paralisação total de elevatórias ou parcial de estações de tratamento).
Os serviços não emergenciais são aqueles que podem ser programados;
 - c) o tempo de execução de cada serviço não deve ser superior ao valor apontado na respectiva composição de custos;
 - d) os serviços devem ser executados observando as normas técnicas vigentes, as especificações dos fabricantes dos equipamentos, e não devem gerar sujeira no local nem danos ao patrimônio da Contratada;
 - e) todos os materiais devem ser novos e possuir marca de conformidade com a ABNT. Também devem obedecer às especificações dos fabricantes dos equipamentos;
 - f) prazo para emissão de relatórios mensais - 7 dias corridos, contados a partir do final de cada período de medição.
- 14.3.3. Cada não conformidade constatada pela fiscalização, ou pelos seus prepostos, deve ensejar a emissão de um Termo de Notificação pela Contratante, exigido a correção ou a justificativa para cada não conformidade.
- 14.3.4. Relatórios mensais devem ser emitidos para a apresentação das não conformidades apuradas, com as seguintes informações:
- a) órgão e nome do emissor de cada Termo de Notificação emitido para as não conformidades identificadas pela Contratante;
 - b) data de emissão do Termo de Notificação;
 - c) caracterização da não conformidade;
 - d) aceitação, ou não, pela fiscalização da justificativa apresentada pela Contratada;
 - e) número de não conformidades não justificadas, por Gerência;
 - f) somatório das quantidades parciais de não conformidades não justificadas.
- 14.3.5. Define-se como “não conformidade não justificada” aquela para qual a Contratada não apresenta explicação plausível e, portanto, não poderá ser aceita pela fiscalização.
- 14.3.6. A quantidade de não conformidades identificadas pela Contratante, e não justificadas pela Contratada, definirá o indicador “Número de Não Conformidades”, descrito no Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) apresentado a seguir.

INDICADOR	
Número de Não Conformidades	
Item	Descrição
Finalidade	Controle da qualidade e redução do tempo de atendimento para serviços de manutenção eletromecânica.
Meta a cumprir	até 10 não conformidades para cada Gerência relacionada no Projeto Básico.




Instrumento de medição	quantidade de não conformidades observadas pela Contratante e não justificadas pela Contratada.
Forma de acompanhamento	Emissão de relatórios com as quantidades de não conformidades não justificadas.
Periodicidade	Relatórios mensais.
Mecanismo de cálculo	Somatório das não conformidades observadas e não justificadas.
Início de vigência	A partir da data indicada na Ordem de Início.
Faixas de ajuste do pagamento	Ver item 3.2
Sanções	Ver item 3.3

14.4. Comunicação.

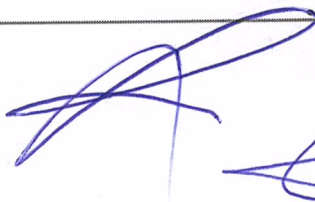
- 14.4.1. As comunicações entre a Contratada e a Contratante devem ser realizadas por correspondência eletrônica ou por qualquer outro meio formal, não verbal, entre os responsáveis técnicos da Contratada e os fiscais que estarão sediados nas unidades operacionais relacionadas no Capítulo "PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO" do Projeto Básico.
- 14.4.2. Os nomes dos fiscais serão definidos na Ordem de Início a ser emitida após a assinatura do contrato, e seus números de telefones e endereços eletrônicos serão informados após a emissão da Ordem de Início.
- 14.4.3. A contratada deve fornecer idênticos meios de contato à Contratante, e ainda, por via presencial.

15- DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

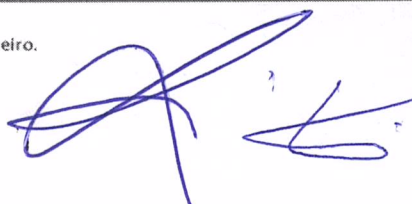
15.1. Fiscalização do Contrato.

- 15.1.1. Os procedimentos gerais de fiscalização do contrato são aqueles na previstos no Capítulo "PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO" do Projeto Básico.
- 15.1.2. Adicionalmente, a qualidade dos serviços prestados deve ser avaliada por meio do indicador "Número de Não Conformidades".
- 15.1.3. Para cada violação dos limites estabelecidos no item 2.3.2 a fiscalização emitirá um Termo de Notificação por correspondência eletrônica, ou na forma impressa, solicitando explicações para a irregularidade verificada.
- 15.1.4. A Contratada deve apresentar, utilizando o mesmo meio de comunicação utilizado pela fiscalização, as suas justificativas no prazo de 24 horas e, caso sejam aceitas pela fiscalização, a respectiva não conformidade não deve ser utilizada para o cálculo do "Número de Não Conformidades" global, ou seja, somatório de todas as não conformidades apuradas no contrato.
- 15.1.5. Ao término de cada período de medição mensal, antes da apresentação da fatura, a Contratada deve enviar a fiscalização os relatórios citados no item 2.3.3, para identificação do "Número de Não Conformidades" global do período apurado. Havendo violações dos limites estabelecidos no item 2.3.2, a Contratada notificará a Contratante, por meio de documento impresso, a pontuação obtida pela Contratada e as adequações do pagamento que serão aplicadas pela Contratante.
- 15.1.6. Novamente, a Contratada poderá realizar o contraditório, por meio de documento impresso, para a apreciação da fiscalização.

15.2. Indicadores do Nível do Serviço Prestado.



- 15.2.1. A fiscalização, e/ou seus prepostos, devem avaliar a qualidade dos serviços executados e a sua tempestividade, portanto, para efeito de pontuação e de possíveis adequações de pagamento, a Contratante define o indicador "Número de Não Conformidades" já descrito.
- 15.2.2. As violações verificadas devem definir uma pontuação, diretamente proporcional a quantidade das não conformidades identificadas pela Contratante, que ensejará adequações dos pagamentos pelo não cumprimento das condições apresentadas no item 2.3.2.
A pontuação deve ser calculada com base nos seguintes critérios:
- a) até dez Não Conformidades por Gerência indicada no Projeto Básico – 0 ponto;
 - b) cinco Não Conformidades apuradas, ou fração, além das dez permitidas, por Gerência – 5 pontos;
 - c) total de pontos a ser considerado – somatório de todos os pontos gerados por todas as Gerências.
- 15.3. Faixa de Ajuste no Pagamento.
- 15.3.1. A partir do somatório de pontos apurados pelos critérios definidos no item 3.2.2, ao final do período de cada medição, a Contratada irá aplicar o desconto de 1% ao valor da fatura mensal para cada ponto apurado.



AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadora do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015.
PARTES: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a empresa HB MULTISERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 009/2015, relativo à prestação de serviços contínuos de serviços de preparo e distribuição de refeições preparadas, lanches e similares, conforme discriminado no termo de referência e na proposta detalhada.

VALOR MENSAL DO ADITIVO: R\$ 151.451,46 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos).

VALOR GLOBAL DO ADITIVO: R\$ 454.354,38 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2019.
PRAZO: 03 (três) meses, a contar da data de 31/08/2019.

FUNDAMENTO Art. 57, inciso II, de Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

PROCESSO Nº E-26/013/579/2015.

*Omitido no D.O. de 30/08/2019.

Id: 2205025

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2019

A Pregoeira da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 012/2019 fora adiado "sine die". PROCESSO Nº E-12/079/0317/2019.

Id: 2205174

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 098/2019 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a NEXUS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, MECÂNICA E HIDRÁULICA DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DAS ELEVATORIAS E DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETAS) E ESGOTO (ETES) DA CEDAE.

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 11.994.091,68 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil novecentos e um reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.518/2019 (Dispensa de Licitação nº 001/2019 - DSG).

Id: 2205169

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Termo nº 016/2015 de Cooperação Técnica.

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência.

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR: Sem valor.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.216/2015.

Id: 2205088

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 043/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LIMPAEX-RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.

OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.

PRAZO: 60 (sessenta) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DE ASSINATURA: 30/08/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.225/2017 (PE nº 340/2017 - ASU-DPI).

Id: 2205168

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2018 - Termo Contratual 039/2019.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa G.DAL PRA COMÉRCIO DE EXTINTORES - EIRELI.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a alteração qualitativa e prorrogação com aplicação de reajuste do prazo de vigência do Contrato nº 017/2018, relativo à prestação de serviços contínuos de recarga de extintores de incêndio CO2 6KG, CO2 4KG, PCGS, AP e teste hidrostático e inspeção das mangueiras dos hidrantes, com fundamento no art. 57, inciso II e inciso I, alínea "a" do art. 65, c/c do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda Parágrafo Primeiro do contrato.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 18/07/2019.

VALOR: R\$ 24.198,40 (vinte e quatro mil cento e noventa e oito reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2019.

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3380.39.17.

NOTA DE EMPENHO: 2019NE0357.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº E-04/056/158/2016

*Omitido no D.O. de 17/07/2019.

Id: 2205077

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL AFR - 64.15
BARRA DA TIJUCA

EDITAL

Ficam os contribuintes, abaixo mencionados, convocados a comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação, na sede desta repartição fiscal situada na Av. Ayrton Senna, 2001 BL "C", sala 58 - Barra da Tijuca, a fim de apresentarem cópia da impugnação referente aos autos de infração epígrafados.

EMPRESA: MARCELL TELEFONIA INFORMÁTICA E REPLTDA.
PROCESSO: E-04/322.037/2002
AUTO DE INFRAÇÃO: 01.049095-1
INSCRIÇÃO Nº: 85.813.927
CNPJ Nº: 01.523.981/0005-48

EMPRESA: SÃO CONRADO VEÍCULOS LTDA - VEICON
PROCESSO: E-04/261.279/1998
AUTO DE INFRAÇÃO: 01.049095-1
INSCRIÇÃO Nº: 85.813.927
CNPJ Nº: 30.178.065/0001-92.

Id: 2205027

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
JUNTA DE REVISÃO FISCAL

AVISO

DIVULGA A RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS AUDITORES TRIBUTÁRIOS DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL EM 12 DE AGOSTO DE 2019.

A PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVIII do art. 20, c/c o art. 22 da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, e em cumprimento ao artigo 6º da Portaria JRF Nº 36 de 11 de maio de 2015, torna pública a relação de processos distribuídos no dia 12 de agosto de 2019, para julgamento, aos Auditores Tributários da Junta de Revisão Fiscal.

PROCESSO	TURMA	ID
E04-211/007702/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/011375/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/011384/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/011391/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/007897/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/007898/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/007899/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/007701/2019	1ª Turma	43653146
E04-211/009720/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/009722/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/009723/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/011742/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/006197/2019	2ª Turma	43650384
E04-211/006198/2019	2ª Turma	43650384
E04-211/006199/2019	2ª Turma	43650384
E04-211/006200/2019	2ª Turma	43650384
E04-211/006646/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006649/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006650/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006651/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006652/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006653/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/006654/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/011168/2019	3ª Turma	19523645
E04-211/011176/2019	3ª Turma	19523645
E04-211/011176/2019	3ª Turma	19523645
E04-211/012897/2019	3ª Turma	19523645
E04-034/003395/2018	3ª Turma	43650368
E04-211/011289/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/011290/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/011379/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/005532/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010548/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010962/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/011848/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010229/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/010237/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/010240/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/010873/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/009265/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/009272/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/009274/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/009276/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/009278/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/009279/2019	4ª Turma	19528345
E04-034/100265/2018	4ª Turma	19418329
E04-034/100271/2018	4ª Turma	19418329
E04-211/011320/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/011657/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/010808/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/010809/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/010812/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/010813/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/010815/2019	5ª Turma	43448194
E04-038/100011/2018	5ª Turma	19396430
E04-038/100012/2018	5ª Turma	19396430
E04-038/100013/2018	5ª Turma	19396430
E04-038/100014/2018	5ª Turma	19396430
E04-211/005821/2019	5ª Turma	43852270
E04-211/006001/2019	5ª Turma	43852270
E04-211/009168/2019	5ª Turma	43852270
E04-211/009557/2019	5ª Turma	43852270
E04-211/010201/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/011002/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/011456/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/011853/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/011857/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/010861/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/011013/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/011878/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/011889/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/008637/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/009582/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/011808/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/012184/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/003097/2018	7ª Turma	19396856
E04-211/003099/2018	7ª Turma	19396856
E04-211/011999/2019	7ª Turma	19396856
E04-211/012176/2019	7ª Turma	19396856
E04-101/001639/2018	8ª Turma	43652077
E04-211/011415/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/011416/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/011658/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/008002/2019	8ª Turma	19398417

E04-211/008003/2019	8ª Turma	19398417
E04-211/008007/2019	8ª Turma	19398417
E04-211/008008/2019	8ª Turma	19398417
E04-211/008010/2019	8ª Turma	19398417
E04-211/008011/2019	8ª Turma	19398417
E04-211/008012/2019	8ª Turma	19398417
E04-018/000532/2016	9ª Turma	43840698
E04-040/001131/2015	9ª Turma	43840698
E04-211/010874/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/011809/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/012357/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/012358/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/012362/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/012363/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/012365/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/012366/2019	9ª Turma	19422571
E04-000/057188/2010	10ª Turma	43650660
E04-000/057257/2010	10ª Turma	43650660
E04-000/057317/2010	10ª Turma	43650660
E04-000/057423/2010	10ª Turma	43650660
E04-000/057711/2009	10ª Turma	43650660
E04-211/011421/2019	10ª Turma	43653294
E04-211/011422/2019	10ª Turma	43653294
E04-211/011423/2019	10ª Turma	43653294
E04-211/011426/2019	10ª Turma	43653294
E04-211/011428/2019	10ª Turma	43653294
E04-000/057014/2010	11ª Turma	43229476
E04-000/057105/2010	11ª Turma	43229476
E04-000/057608/2009	11ª Turma	43229476
E04-079/004769/2015	11ª Turma	43229476
E04-038/000051/2019	12ª Turma	43230458
E04-038/000052/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/008839/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/012816/2019	12ª Turma	43230458
E04-034/102611/2018	12ª Turma	43229611
E04-211/009007/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/008632/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/012278/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/010569/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/012733/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/012498/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/012834/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/008407/2019	13ª Turma	50062310
E04-211/011868/2019	13ª Turma	50062310
E04-211/011879/2019	13ª Turma	50062310
E04-211/011884/2019	13ª Turma	50062310
E04-211/005787/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/005789/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/005791/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/005792/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/005793/2019	13ª Turma	19396554

Id: 2205172

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
JUNTA DE REVISÃO FISCAL

AVISO

DIVULGA A RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS AUDITORES TRIBUTÁRIOS DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL EM 26 DE AGOSTO DE 2019.

A PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVIII do art. 20, c/c o art. 22 da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, e em cumprimento ao artigo 6º da Portaria JRF Nº 36 de 11 de maio de 2015, torna pública a relação de processos distribuídos no dia 26 de agosto de 2019, para julgamento, aos Auditores Tributários da Junta de Revisão Fiscal.

PROCESSO	TURMA	ID
E04-034/001419/2018	1ª Turma	43443141
E04-211/011397/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/011398/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/011399/2019	1ª Turma	43443141
E04-005/000380/2017	2ª Turma	43650384
E04-040/000627/2017	2ª Turma	43650384
E04-211/011183/2019	2ª Turma	43650384
E04-211/011327/2019	2ª Turma	43650384
E04-000/058022/2011	2ª Turma	43232043
E04-000/058088/2011	2ª Turma	43232043
E04-000/058379/2011	2ª Turma	43232043
E04-079/002557/2015	2ª Turma	43232043
E04-000/058274/2011	3ª Turma	43650368
E04-079/004074/2015	3ª Turma	43650368
E04-211/010630/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/012003/2019	3ª Turma	43650368
E04-091/100084/2018	3ª Turma	19502648
E04-211/010716/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010717/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010718/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/007966/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/007967/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/007968/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/007969/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/007970/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/005122/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/005593/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/011471/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/013292/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/011085/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/011086/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/011089/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/013084/2019	4ª Turma	19418329
E04-211/011048/2019	5ª Turma	19596430
E04-211/011230/2019	5ª Turma	19596430
E04-211/011834/2019	5ª Turma	19596430
E04-211/011812/2019	5ª Turma	19596430
E04-211/002642/2018	6ª Turma	19501170
E04-211/002625/2018	6ª Turma	19501170
E04-211/002635/2018	6ª Turma	19501170
E04-211/002642/2018	6ª Turma	19501170
E04-000/054154/2011	6ª Turma	43232004
E04-079/001038/2019	6ª Turma	43232004
E04-211/011501/2019	6ª Turma	43232004
E04-211/013599/2019	6ª Turma	43232004
E04-211/010751/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/010752/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/013319/2019	7ª Turma	43650457
E04-211/013320/2019	7ª Turma	43650457
E04-039/000090/2019	7ª Turma	19398656
E04-211/008474/2019	7ª Turma	19398656
E04-211/005894/2019	7ª Turma	19398656
E04-211/009801/2019	7ª Turma	19398656
E04-041/002162/2019	8ª Turma	43650277
E04-041/002153/2019	8ª Turma	43650277
E04-041/002154/2019	8ª Turma	43650277